

Governo tem ...

por Claudia Safatle
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

de Inquérito (CPI) que apura as denúncias de Pedro Collor. A área econômica caberia, assim, reduzir ao mínimo o contencioso do governo junto aos políticos, "para desanuviar o clima", como disse a este jornal um qualificado assessor.

Em atos concretos, isso se traduziu na liberação do financiamento ao consumidor e na formação de novos consórcios, em atendimento ao governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho. Poderá significar recursos para as contrapartidas, de modo que os governos estaduais possam contratar financiamentos junto aos organismos internacionais (Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento). Como lembrou a fonte, essa é uma solicitação do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. Já reduzir os juros para atender a uma outra demanda do governador da Bahia, agora, não parece possível. Afinal, nos dois últimos meses (maio e junho) as taxas dos títulos públicos foram negativas.

Aparentemente, a abertura dos financiamentos para bens de consumo (ver página 20) contraria o plano econômico, que reza a redução da demanda agregada para conter os movimentos altistas de preços. Mas, como lembrou uma outra fonte, com as taxas de juro nominais em vigor, não haveria demanda para esse tipo de financiamento, hoje. O ministro da Economia, em entrevista concedida à imprensa após a assinatura do protocolo de rolagem da dívida do Estado de Santa Catarina, no Palácio do Planalto, ontem pela manhã, disse com tranquilidade que essa me-

dida "não significa uma quebra de rigidez" da contenção do crédito.

Embora preocupados com eventuais desdobramentos que a crise política ainda pode produzir, o ânimo na equipe econômica melhorou após o pronunciamento do presidente da República, na noite de terça-feira. Primeiro, pela impressão de que está sendo possível minimizar os prejuízos da crise política sobre a área econômica, sobretudo sobre a economia real.

Segundo, porque o ministro Marcílio é uma pessoa com credibilidade e esta não foi arranhada. Terceiro, porque, apesar de dura, a situação fiscal para este semestre aparenta estar bem melhor do que no primeiro — e isso permitirá atender às demandas por gastos, sem euforia, mas sem o sufoco do primeiro semestre, quando apenas um terço do orçamento foi executado.

Se o Supremo Tribunal Federal julgar constitucional a cobrança do Finsocial, as coisas melhorarão um pouco mais, pois a Receita Federal poderá ir atrás de cerca de Cr\$ 3 trilhões que estão depositados em juízo.

Um assessor próximo ao ministro da Economia citava os compromissos da agenda de Marcílio como um dos indícios de que o ministro tem apoio junto aos empresários. Amanhã, ele estará em Resende (RJ), para encontro com cerca de 1,5 mil participantes de uma reunião marcada por empresários dos estados do Rio, Minas Gerais e São Paulo. No dia 8 próximo, quarta-feira que vem, Marcílio será recebido para um jantar com cerca de mil empresários paulistas. "Se as coisas estivessem tão ruins, não haveria fórum para o ministro falar", interpretou o assessor.